

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.477.913 - RS (2019/0089563-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL**
ADVOGADOS : **MÔNICA ANDRÉA BERTELI SLOMP - RS044851**
: **SAMIR SQUEFF NETO E OUTRO(S) - RS062245**
: **FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277**
AGRAVADO : **BEATRIZ ROUSSELET DULAC**
AGRAVADO : **LUIZ SCHENKEL**
ADVOGADOS : **LUÍS DAGOBERTO PAGANELLA - RS034673**
: **VALQUÍRIA PAGANELLA PINZON - RS044132**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio ao acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (e-STJ, fl. 342):

Agravo de Instrumento. Previdência Privada. Cumprimento de Sentença. Decisão que afastou as impugnações das partes ao cálculo lançado pela expert. Decisão parcialmente reformada. - Parcela incidente sobre o 13º salário. Reconhecido o direito de receber a citada rubrica – IG/IC, a sua incidência sobre o 13º salário é consequência lógica. Logo, não há necessidade de constar expressamente no título executivo uma vez reconhecidos o cunho remuneratório. - Não incidência de encargos moratórios no cálculo após dezembro/2013. Sem razão a agravante no ponto, vez que os cálculos demonstram que a perícia computou juros de mora até outubro/2016, conforme demonstra o próprio cabeçalho da memória discriminada do cálculo do anexo I e II, devendo ser, portanto, mantida a decisão no ponto. DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 362-368).

No recurso especial, a Fundação alega violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o acórdão impugnado foi omissivo ao não se manifestar sobre a falta de

previsão de pagamento de 13ª (décima terceira) parcela na decisão condenatória.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 406-415).

Juízo positivo de admissibilidade (e-STJ, fls. 418-424).

Brevemente relatado, decido.

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

É o que se extrai do seguinte trecho dos embargos de declaração (e-STJ, fls. 345-346):

A parte agravante recorre da decisão que não incluiu o valor do décimo terceiro salário nos meses de dezembro de cada ano.

Aduz que o 13º salário faz parte da remuneração dos autores e não há previsão legal, regulamentar ou mesmo judicial para o seu afastamento do cálculo.

Entendo que assiste razão a parte agravante no ponto.

Ainda que não tenha constado expressamente no título exequendo, tratando-se de decorrência lógica da condenação da fundação à complementação do benefício da aposentadoria suplementar a parte agravante, com a consideração do IG/IC, devem ser incluídos no cálculo de liquidação os reflexos de dita parcela sobre o 13º salário, porquanto integrantes da base de cálculo da remuneração.

Nesse sentido:

Agravo de instrumento. Previdência privada. Cumprimento de sentença. Incidente de impugnação ao cumprimento de sentença.

Não incidência de proporcionalidade no pagamento de parcelas decorrentes de condenação judicial. Questão não arguida na fase de conhecimento. Coisa julgada. Os reflexos das parcelas do ADI e da cesta-alimentação decorrem naturalmente da concessão destas mesmas parcelas aos autores. Antecipação de tutela observada no cálculo de forma correta. Parcelas pagas no curso da demanda em razão da antecipação de tutela que devem compor a base de cálculo dos honorários. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento Nº 70073911216, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, Julgado em 20/07/2017) APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL. REFLEXO DA INTEGRALIDADE DAS RUBRICAS QUE COMPÕE O BENEFÍCIO COMPLEMENTAR SOBRE A

GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL E 13º SALÁRIOS. INCIDÊNCIA DA GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL SOBRE AS PARCELAS AUXÍLIO CESTA-ALIMENTAÇÃO, ABONO DE DEDICAÇÃO INTEGRAL- ADI E REAJUSTES. DESCABIMENTO. JUÍZO DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Ausência de p revisão expressa no regulamento da entidade previdenciária, bem como inexistente o prévio custeio a amparar o pleito autoral. Impossibilidade de repasse de parcelas deferidas em decisão judicial. Ausência de fonte de custeio. Juízo de improcedência do pedido. Sentença mantida. Honorários sucumbenciais. Majoração. NEGARAM PROVIMENTO AO APELO DO AUTOR E DERAM PROVIMENTO AO APELO DA RÉ. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70073104051, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 11/05/2017)

Assim, reconhecido o direito de receber a citada rubrica – IG/IC, a sua incidência sobre o 13º salário é consequência lógica. Logo, não há necessidade de constar expressamente no título executivo uma vez reconhecidos o cunho remuneratório.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

Outrossim, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator